

ANÁLISE SOBRE O NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO NA GESTÃO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CARLA BRENDA DIAS SOUZA

Universidade Federal do Pará (UFPA)
ped.carla.souza@gmail.com

ÉMINA SANTOS

Universidade Federal do Pará (UFPA)
emina@ufpa.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A gestão educacional, enquanto gestão de políticas e organização do trabalho pedagógico, configura-se como uma construção histórica atravessada por determinações políticas, sociais e econômicas. Suas mudanças ao longo do tempo refletem as transformações nas concepções de Estado, de educação e de sociedade, sendo marcada por diferentes projetos históricos em disputa (Sander, 2009). Nesse sentido, compreende-se que as políticas educacionais na educação básica têm sido marcadas por processos de responsabilização de gestores, pela disseminação de ideias de meritocracia, pela padronização do currículo e por relações público-privadas, nas quais as finalidades da educação pública passam a ser fortemente direcionadas por políticas educacionais gerencialistas, as quais tendem a secundarizar direitos educacionais, como a qualidade social da educação.

Nesse contexto, estabelecem-se na gestão educacional ideias neotecnicistas, em que o neotecnicismo se traduz em um “novo tecnicismo pedagógico”, baseado nos pilares de responsabilização, meritocracia e privatização (Freitas, 2014). Diante disso, problematizam-se os direcionamentos da gestão educacional em relação às políticas públicas implementadas sob a racionalidade da gestão empresarial capitalista, em detrimento de políticas educacionais que deveriam caminhar na direção da gestão democrática, a qual deve buscar e garantir a materialidade da formação de sujeitos críticos e emancipados.



Em uma perspectiva histórico-crítica, esta análise é referenciada por autores que problematizam o avanço de políticas educacionais de cunho empresarial e capitalista no campo da educação pública: Dourado (2007); Sander (2009); Paro (2010); Freitas (2014); Antunes e Pinto (2017); Saviani (2019).

DESENVOLVIMENTO

O neotecnicismo pedagógico pode ser compreendido como a atualização da pedagogia tecnicista sob novas determinações históricas. Essa concepção crítica do gerencialismo, que se estabelece na organização do trabalho pedagógico, adentra o campo educacional por meio da atuação de reformadores empresariais, que passam a influenciar a formulação de políticas públicas educacionais alinhadas aos seus interesses econômicos, baseando suas propostas nos modelos de produção capitalista, como o fordismo-taylorismo, entre as décadas de 1950 e 1970. Contudo, com a crise do sistema capitalista, o modelo taylorista-fordista foi superado pelo toyotismo, exigindo novas reconfigurações no modo de organização da produção e, por conseguinte, na educação. Nesse novo contexto, o termo neotecnicismo foi elaborado (Saviani, 2019).

O sistema de produção taylorista-fordista pautava-se em uma produção organizada em série, na qual a elaboração científica do trabalho era responsabilidade da gerência, e a execução, dos trabalhadores. Tal organização visava ao consenso entre gerentes e trabalhadores e à ampliação da produtividade. Com a crise desse modelo, o modo de produção toyotista se desenvolveu, caracterizando-se pela flexibilização da produção. Diferentemente da lógica rígida e serial, a produção passa a exigir trabalhadores polivalentes, capazes de operar diferentes funções e atuar em equipe, ampliando a eficiência e a adaptabilidade (Antunes; Pinto, 2017).

Desse modo, nas políticas educacionais orientadas pela lógica da gestão empresarial, incorporam-se processos avaliativos padronizados e a valorização de competências flexíveis. A educação passa, então, a formar sujeitos capazes de se ajustar continuamente às exigências do mercado e aos padrões meritocráticos, em detrimento da apropriação crítica do conhecimento. Nessa perspectiva, a educação pública assume um caráter ideológico, ao contribuir para a naturalização das desigualdades sociais, uma vez



que responsabiliza individualmente os sujeitos por seu desempenho, ocultando as determinações estruturais que condicionam o processo educativo.

Luiz Carlos de Freitas (2014), ao retomar um conceito por ele já problematizado desde 1992, define o neotecnismo como o tecnicismo reconfigurado historicamente, que “se configura em três categorias centrais: responsabilização, meritocracia e privatização” (Freitas, 2014, p. 383). Em uma perspectiva crítico-progressista, o autor evidencia que o neotecnismo se ancora nas bases do gerencialismo e do neoliberalismo, reintroduzindo a racionalidade produtivista da pedagogia tecnicista nas políticas educacionais. Tal movimento tem como objetivo a padronização dos processos pedagógicos, operando como mecanismo de controle sobre o trabalho educativo e difundindo uma cultura de responsabilização e meritocracia.

Assim, o neotecnismo pedagógico configura-se como a atualização da pedagogia tecnicista por meio de três eixos fundamentais: responsabilização, meritocracia e privatização. A responsabilização desloca para os sujeitos escolares — especialmente gestores e docentes — a responsabilidade pelos resultados educacionais aferidos por avaliações padronizadas. A meritocracia legitima a hierarquização de escolas e indivíduos com base no desempenho, naturalizando desigualdades. A privatização, por sua vez, manifesta-se tanto de forma direta quanto indireta, por meio da crescente atuação de agentes privados na formulação, gestão e avaliação das políticas educacionais.

Nesse modelo, a qualidade da educação é reduzida aos resultados mensuráveis das avaliações em larga escala, operando uma redefinição restritiva do conceito de qualidade. Gestores, docentes e estudantes passam a ser responsabilizados pelos resultados obtidos, reforçando uma lógica de controle e regulação do trabalho pedagógico. Tal perspectiva contribui para a compreensão da escola como espaço de formação funcional, voltado à adaptação dos indivíduos às demandas do mercado, em detrimento de sua função social, política e cultural.

Em contrapartida, a educação pública, enquanto direito social, tem como finalidade assegurar o pleno desenvolvimento dos sujeitos. Nessa direção, a gestão educacional possui natureza própria, não podendo ser reduzida à aplicação de princípios da administração empresarial. Conforme Dourado (2007), trata-se de um campo que deve orientar-se pela garantia da qualidade social da educação, compreendida em sua dimensão ampla, que envolve formação crítica, participação e emancipação dos sujeitos.



Dessa forma, evidencia-se que o neotecnicismo pedagógico, presente nas políticas educacionais contemporâneas, subordina a educação à lógica do mercado e da eficiência, esvaziando seu potencial formativo. Ao priorizar categorias como produtividade, competências e desempenho, o processo educativo passa a ser orientado por critérios utilitaristas, nos quais o conhecimento é valorizado apenas na medida em que contribui para a inserção produtiva dos indivíduos na sociedade.

CONCLUSÕES

Em um cenário marcado pela intensificação de políticas educacionais de cunho empresarial, torna-se fundamental aprofundar os estudos sobre seus impactos na organização do trabalho pedagógico e na formação dos sujeitos escolares. Enquanto o modelo de gestão empresarial orienta-se pela padronização, controle e adequação dos sujeitos às demandas do capital, a gestão democrática afirma-se como horizonte contra-hegemônico, comprometido com a formação de sujeitos autônomos, críticos e emancipados. Nesse sentido, a defesa da gestão democrática implica a construção de práticas pedagógicas participativas, que valorizem a autonomia dos sujeitos e a efetivação da qualidade social da educação pública, compreendida para além de indicadores quantitativos e orientada por princípios de justiça social e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. PINTO, Geraldo Augusto. A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: **Cortez**, 2018.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 921-946, 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, v. 29, p. 201-215, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014.
- PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.



SANDER, Benno. Gestão educacional Concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil [livro eletrônico]. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2019.

